



Hotel Belvedere Paulo Afonso/BA, 06 de dezembro de 2017

AJUDA MEMÓRIA

Participantes:

Nome		Instituição
1	Anivaldo de Miranda Pinto	Presidente do CBHSF
2	Maciel Oliveira	Vice Presidente do CBHSF
3	Lessandro Gabriel da Costa	Secretário do CBHSF
4	Sílvia Freedman	Coordenadora da CCR Alto SF
5	Ednaldo de Castro Campos	Coordenador da CCR Médio SF
6	Julianeli Lima	Coordenador da CCR Submédio SF
7	Honey Gama Oliveira	Coordenador da CCR Baixo SF
8	Almacks Luiz Silva	Secretário da CCR Submédio SF
9	Roberto Farias	Coordenador da CTIL/CBHSF
10	Melchior Nascimento	CREA/AL
11	Alberto Fonseca	Ministério Público de Alagoas
12	Lavínia Fragoso	Ministério Público de Alagoas
13	Polireda M. B. de Medeiros	Ministério Público Federal/PE
14	Luciana Khoury	Ministério Público da Bahia
15	Allana Rachel Costa	Ministério Público de Sergipe
16	Sérgio de Almeida Cipriano	Ministério Público Federal/MG
17	Ana Cristina da Silveira	Diretora de Integração da Agência Peixe Vivo
18	Berenice Coutinho Malheiros dos Santos	Diretora de Administração e Finanças da Agência Peixe Vivo
19	Ohany Vasconcelos	Analista Ambiental da Agência Peixe Vivo
20	Manoel Vieira de Araujo Junior	Analista Ambiental da Agência Peixe Vivo
21	Rúbia Mansur	Analista Ambiental da Agência Peixe Vivo
22	Vitor Luz	Tanto Comunicação

O Sr. Anivaldo Miranda deu as boas vindas a todos e em seguida solicitou uma breve apresentação dos presentes. Logo após, o Sr. Anivaldo Miranda deu continuidade a reunião e reafirmou que a FPI é um programa exitoso e que continuará recebendo o apoio do CBHSF. O Sr. Anivaldo Miranda sugeriu uma reunião anual entre os coordenadores da FPI e a DIREC do CBHSF para alinhamento e que o Ministério Público se faça presente no Fórum Mundial da Água. Em seguida falou sobre o PAP e reiterou o papel de apoiador do CBHSF dentro do contexto. O Sr. Anivaldo Miranda fez um breve histórico sobre a atualização da cobrança e passou a palavra para os membros do Ministério Público. A Sra. Luciana Khoury disse que a FPI já possui uma metodologia estabelecida, porém é um programa que deve ser constantemente aperfeiçoado e que tem como objetivos melhorar a qualidade ambiental da bacia e a vida da população.





Hotel Belvedere Paulo Afonso/BA, 06 de dezembro de 2017

Falou sobre as ações e atividades da FPI e da importância das reuniões preparatórias que ocorrem antes da operação. Explicou que a FPI não se restringe a fiscalização Stricto sensu e que é um programa em sentido amplo, que objetiva o diagnóstico dos problemas e a busca das soluções e de resultados efetivos. A Sra. Polireda de Medeiros disse que para o enfrentamento dos problemas são necessárias condições adequadas para isso. O Sr. Maciel Oliveira e a Sra. Luciana Khoury falaram sobre o SIG FPI do estado da Bahia. A Sra. Luciana Khoury falou sobre os custos da FPI entre os anos de 2015 e 2017 nos estados de AL, BA, SE e MG, e logo após iniciou-se uma discussão sobre o assunto. A Sra. Luciana Khoury informou que as etapas da FPI tem um custo médio de R\$ 984.425,60 por estado com um total investido de R\$ 14.766.384,00 e que o CBHSF aportou cerca de RS 7.500.000,00 deste montante, o que representou 52,54% do total investido. A Sra. Sílvia Freedman perguntou se a FPI tem caráter preventivo ou punitivo. A Sra. Lavínia Fragoso sugeriu que a rubrica destinada a FPI possa ser dividida por estado e o Sr. Anivaldo Miranda solicitou que a sugestão fosse apreciada. Em seguida, o Sr. Anivaldo Miranda reiterou o posicionamento da DIREC, definido anteriormente, de que o valor aportado para a FPI seria de R\$ 10.000.000,00. Os coordenadores da FPI disseram que nos próximos anos estão previstas 6 etapas no estado da BA, 6 em AL, 3 em SE, 5 em PE e 5 em MG e propuseram que o CBHSF investisse o mesmo percentual que fora investido entre os anos de 2015 e 2017 (52,54%), cujo total giraria em torno de R\$ 12.930.000,00. A Sra. Polireda de Medeiros justificou, para isso, o início da FPI no estado de PE e o aumento dos investimentos. O Sr. Anivaldo Miranda falou dos investimentos do CBHSF, sobre as ações e apoios em andamento (Fórum de Pesquisadores, SBHSF, projetos hidroambientais, ações emergenciais) e disse que a decisão do aporte de R\$ 10.000.000,00 já está definida. Após mais discussões, o Sr. Anivaldo Miranda solicitou que os coordenadores das CCR explicitem suas dúvidas e considerações sobre a FPI. A Sra. Sílvia Freedman endossou as palavras do Sr. Anivaldo Miranda sobre o aporte a ser investido pelo CBHSF e, uma vez mais, questionou o caráter da FPI, se o mesmo é punitivo ou preventivo. Falou também que a imagem da FPI no Norte do estado de MG não é positiva, sugeriu que se faça um planejamento mais inteligente e que os valores arrecadados com TACs e multas nas ações da FPI sejam revertidos em prol da revitalização da bacia do São Francisco. O Sr. Ednaldo Campos elogiou a FPI, sugeriu que haja uma FPI exclusiva para os rios Grande e Corrente e disse que a FPI deveria ter maior amplitude. O Sr. Honey Gama falou da omissão estatal e demonstrou preocupação com o período pós FPI e concordou com a sugestão da Sra. Lavínia Fragoso que a rubrica poderia ser separada por estado. Por fim, solicitou tomar conhecimento da arrecadação da FPI com multas e TACs. O Sr. Julianeli Lima também destacou a omissão estatal, sugeriu que a FPI seja integrada as CCR, que o CBHSF possa se apropriar dos resultados obtidos pela FPI e que, dada a importância do programa, a contraproposta dos Coordenadores da FPI com relação ao aporte financeiro, deva ser analisada. Porém, deixou claro que o planejamento deve ser baseado nos R\$ 10.000.000,00 previamente definidos. O Sr. Lessandro Costa sugeriu uma maior cobrança dos MPs ao Poder Público. O Sr. Maciel Oliveira falou da importância da FPI e falou da





Hotel Belvedere Paulo Afonso/BA, 06 de dezembro de 2017

necessidade de uma apresentação dos MPs sobre a FPI nas reuniões Plenárias, como parte da prestação de contas. O Sr. Anivaldo Miranda solicitou participação da FPI no processo de recadastramento de usuários da bacia do São Francisco, na fiscalização das outorgas e no acompanhamento das discussões sobre a CFURH. A Sra. Allana Monteiro não concordou com as falas sobre uma omissão estatal e disse que isso não ocorre no estado de SE. Disse também que o CBHSF deve definir seu papel na FPI. O Sr. Sérgio Cipriano falou que o MP mineiro está trabalhando na questão da destinação dos TACs para a Agência Peixe Vivo e destacou a necessidade de fiscalização sobre as outorgas concedidas. Após outras discussões, o Sr. Anivaldo Miranda disse que membros do CBHSF não devem participar das ações de campo da FPI, uma vez que o CBHSF não tem papel de fiscalização. A Sra. Berenice Coutinho falou que o maior gargalo nas questões que envolvem a Agência Peixe Vivo é a prestação de contas, que também deve se considerar os valores de custeio gastos pela Agência, que no geral, houve uma evolução dos entes envolvidos, menos do órgão gestor, e destacou os rigores da Lei nº 8.666. Destacou também que os TACs repassados são utilizados para ações da FPI e não para custeio da Agência Peixe Vivo e reiterou a necessidade daqueles que não finalizaram a prestação de contas que façam a devolução dos valores. Por fim, a Diretoria de Administração e Finanças da Agência Peixe Vivo se comprometeu a enviar uma lista com os detalhes sobre todas as pendências da prestação de contas relativas a FPI. Após mais discussões, o Sr. Anivaldo Miranda agradeceu a presença de todos e encerrou a 1ª parte da reunião. Logo depois, em reunião exclusiva da DIREC, a Sra. Ana Cristina explicou que o PAP 2018 - 2020 já está considerando os valores a serem arrecadados com a nova metodologia de cobrança em 2019 e 2020. O Sr. Anivaldo Miranda disse que a DIREC não está funcionando com a frequência devida e que algumas Deliberações que estão na pauta da Plenária não foram avaliadas pela DIREC. Após discussões, a DIREC decidiu retirar da pauta da Plenária as Deliberações sobre as atribuições, a estrutura e o funcionamento da CTCT e da CTPPP. Em seguida, o Sr. Anivaldo Miranda solicitou compromisso da DIREC com o calendário que será estabelecido, solicitou o apoio dos membros da diretoria nas videoconferências realizadas às segundas-feiras com a ANA e falou sobre a homenagem que será prestada pelo CBHSF a algumas pessoas na reunião Plenária. Logo depois, a Sra. Ana Cristina deu informes sobre o 8º Fórum Mundial da Água e, após debates sobre o assunto, ficou definido que os membros da DIREC participarão de todo o evento, de 18 a 23 de março de 2018, iniciando seus deslocamentos no dia 17 e retornando no dia 24 de março. Sobre o stand do CBHSF, a Sra. Ana Cristina mostrou um mapa com a localização dos stands e disse que, inicialmente, havia selecionado o stand F42. Em seguida, o Sr. Maciel Oliveira sugeriu os stands F20 ou F25, com preferência pelo F25. A Sra. Ana Cristina disse que irá entrar em contato com a organização do evento e que, posteriormente, dará mais detalhes sobre a participação do CBHSF. Também ficou definido que a Agência Peixe Vivo irá realizar a reserva nos hotéis e que realizará o pagamento de 50% da diária para fins de alimentação. Despesas com transporte (táxi, uber) serão reembolsadas após a prestação de contas, como de costume. Também foi debatida a participação dos





Hotel Belvedere Paulo Afonso/BA, 06 de dezembro de 2017

representantes do CBHSF/outros no evento: 7 membros da DIREC, 6 indicados pela DIREX, 1 indicado por cada CCR e 3 Diretores da Agência Peixe Vivo, o que totaliza 20 pessoas. Após mais algumas discussões e não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Anivaldo Miranda agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 21h.

Paulo Afonso/BA, 06 de dezembro de 2017.

Anivaldo de Miranda Pinto Presidente do CBHSF Lessandro Gabriel da Costa Secretário do CBHSF